

Os malufistas tentam provar fraude na ata

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O grupo conhecido como "tropa de choque" parlamentar do malufismo — deputados Amaral Netto (RJ), Siqueira Campos (GO) e Nilson Gibson (PE) — denunciou ontem na sessão matutina do Congresso a suposta "fraude" na ata da sessão do dia 25 de abril, feita para excluir a emenda Theodoro Mendes do grupo de propostas que o presidente dos trabalhos, senador Moacyr Dalla, declarou então "prejudicadas", em decorrência da rejeição da emenda Dante de Oliveira, pois eram todas matérias referentes ao restabelecimento das eleições presidenciais diretas.

O assunto foi debatido também na sessão da Câmara dos Deputados, à tarde, quando vários oposicionistas repeliram as acusações, incluindo o deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT): "Não posso aceitar que grupos malufistas ou do PDS venham acusar e levantar suspeitas de fraude, porque estarão levantando suspeita em relação ao próprio presidente do Senado, que durante todo o processo de votação teve comportamento linear".

A questão foi levantada de manhã pelo deputado malufista Ernâni Satyro (PDS-PB), que pediu o arquivamento da emenda Theodoro Mendes lembrando que fora o relator da emenda Dante Oliveira e das outras anexas, daí poder afirmar que o objetivo de todas era o mesmo. Tendo dado parecer contrário, Satyro entende que a rejeição da emenda Dante prejudicou necessariamente todas as outras, incluindo a Theodoro Mendes. Para comprovar seu depoimento, pediu que fosse examinada a gravação da sessão.

Amaral Netto leu a transcrição da fala do presidente do Senado, tirada de um vídeo-teipe e afirmou que não corresponde à ata publicada em seguida nem à retificação feita no dia 5 de maio. Dalla, segundo ele, incluiu expressamente a emenda Theodoro Mendes entre as prejudicadas; a primeira versão da ata nada indicou nesse sentido e a segunda "excluiu a Emenda nº 20", deixando outras duas que se referiam a voto distrital.

O senador Fábio Lucena (PMDB-AM) interveio para recordar que o debate era infrutífero, pois se trata de matéria vencida, já que a

Comissão de Constituição de Justiça do Senado foi convocada justamente para tirar a dúvida do senador Moacyr Dalla a esse respeito e decidiu que "a emenda não foi prejudicada e deve ser colocada em votação".

O próprio Lucena atacou, depois, ao presidente do Senado, convocando-o a explicar "em sessão secreta, sob juramento de fé, o teor de sua conversa com o ministro do Exército", por considerar "vergonhosa" sua submissão ao general Walter Pires.

"Que situação vergonhosa: o ministro é um funcionário de confiança do presidente da República, demissível *ad nutum*, mas com um simples telefonema manda chamar um dos chefes dos Poderes do Estado. Se quisesse falar com o presidente do Congresso, que viesse ao Congresso, e não fizesse o senador Moacyr Dalla submeter-se a essa humilhação".

Também o deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR) recriminou o general Walter Pires, "por pretender ditar normas ou aconselhar em setor que não lhe diz respeito", e lamentou a "docilidade do presidente do Congresso".

O malufista Siqueira Campos saiu em defesa do ministro, observando que as críticas dos oposicionistas se baseavam em noticiário da imprensa fundado em informações de fonte não revelada. "O ministro Walter Pires é homem que respeita o Congresso Nacional e as instituições" — garantiu.

Diretas, mais perto

De qualquer forma, a batalha dos oposicionistas para levar a emenda Theodoro Mendes à votação é justificável: levantamento feito por influentes líderes do PDS indica que há apenas seis senadores contra as eleições diretas, enquanto cinco outros permanecem indecisos. Somando as adesões ao PMDB e os oito votos da Frente Liberal, a aprovação do projeto estaria a apenas 11 votos no Senado, sem contar os parlamentaristas e ex-andrezistas indecisos. Na Câmara, somados os 60 votos da Frente Liberal — e considerando certos os 244 oposicionistas —, faltariam para aprovar a emenda Theodoro Mendes quase 20 votos, que necessariamente teriam de sair do PDS. Em abril, faltaram apenas 22 votos para que a emenda Dante de Oliveira passasse pela Câmara.